

Forno Hoffman: a Ressignificação do Lugar e o Resgate da Memória Timotense

Hoffman oven: the Resignification of the Place and the Rescue of the Timotense Memory.

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v11i2.2595>

*Simone Isabel Batista da Cruz*¹

Pós-Graduanda em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural pelo Centro Universitário de Belo Horizonte(Unibh).

E-mail para contato: simoneisabeli@bol.com.br



Recebido em: 29/08/2018 – Aceito em 08/11/2018

Resumo: Esta pesquisa está delimitada na representatividade desta construção para a população que cresceu sobre a influência metalúrgica em grande expansão em meados das décadas de 40 a 60. O estudo procura contribuir com a problemática sobre a ressignificação e reocupação de lugares abandonados tanto por grandes empresas, quanto pela população em torno, colocando em voga questões sociais, conflitos urbanos e influência política. A pesquisa será desenvolvida, em uma primeira etapa, através do levantamento de dados sobre a cidade de Timóteo e o Forno Hoffman, do surgimento ao desenvolvimento do município e do equipamento pesquisado, através de consultas aos arquivos da cidade e outros suportes, como livros, fotografias, vídeos e relatos de moradores. Posteriormente, os dados coletados serão analisados para identificar as causas e consequências do abandono e reocupação do local, realizando comparações com situações análogas.

Palavras-Chaves: Política, Ressignificação, Patrimônio, Timóteo.

Abstract: This research is delimited in the representativeness of this construction for the population that grew on the metallurgical influence in great expansion in the middle of the decades from 40 to 60. The study tries to contribute with the problematic on the resignification and reoccupation of places abandoned so much by big companies, as well as the surrounding population, putting into vogue social issues, urban conflicts and political influence. The research will be developed, in a first step, by collecting data on the city of Timóteo and Hoffman Furnace, from the development to the development of the municipality and the equipment researched, through consultations with the city archives and other supports such as books, photographs, videos and lengthy reports. Subsequently, the data collected will be analyzed to identify the causes and consequences of abandonment and reoccupation of the site, making comparisons with similar situations.

Keywords: Politics, Resignation, Heritage, Timóteo

História da Cidade de Timóteo

Posicionada na região leste mineira, a cidade de Timóteo possui sua ligação a Belo Horizonte pela BR-381 que interliga o estado de Minas Gerais ao Espírito Santo. Antes de 1800, a região hoje ocupada pelo leste mineiro, era densamente habitada pelos índios Borun do Watu,. A chegada dos europeus à região de Timóteo, que vieram em busca de escravos e riquezas minerais, deu-se pelo rio Doce e posteriormente pelo Piracicaba. O massacre sistemático dos índios começou cerca de oito anos mais tarde, quando D. João VI separou a região em divisões militares.

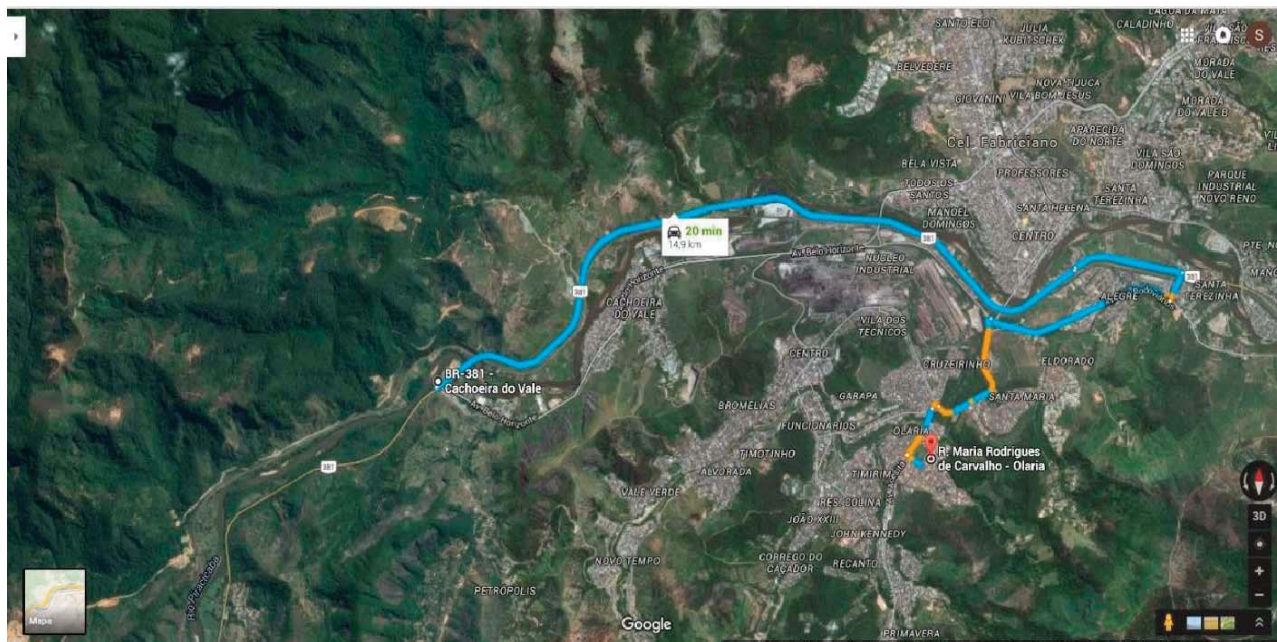
¹Gestora Comercial, Formada pelo Centro Universitário Newton Paiva.

Timóteo pertencia à 4ª Divisão do Rio doce, que possuía seu quartel no lugar chamado Onça Pequena (nome do ribeirão que banhava a localidade), hoje Jaguarauçu. Os índios aprisionados durante os ataques eram escravizados. Ocorreu no Vale do Rio doce o maior massacre indígena da história do Brasil. Em 1832 já não haviam aldeamentos indígenas na região. Logo que os índios foram exterminados, ficaram abertas as portas para ocupação total pelos brancos. Francisco de Paula e Silva Santa Maria foi o primeiro fazendeiro a se instalar na região, segundo um documento de 9 de abril de 1832. Tratava-se da carta de Sesmaria, dando-lhe as terras de um lugar denominado Ribeirão de Timóteo, que deságua no Rio Piracicaba. Estabeleceu-se com a sua família, na região do Alegre em 1831, e lá construiu e iniciou a criação de gado, o que lhe daria direito a uma Sesmaria. (Vale Revista - 1974)

A história da cidade tem sua origem na própria história do Brasil. No final do século XVII e início do século XIX, com a crise do sistema colonial, o vale passou a ser cobiçado pela política da ocupação européia. Reagindo ao colonizador, o índio foi um obstáculo à colonização e contra ele foram mobilizadas forças militares e missionários religiosos. Apesar do direito natural de possuírem a terra onde viviam, os povos indígenas tiveram seus territórios invadidos e confiscados pelos brancos. O Governo criou postos militares para proteger os colonos. Foram estabelecidos sete quartéis que garantiam aos brancos a ocupação da terra, o uso dos rios e a exploração das riquezas minerais.

Em 1831 já não havia muitos nativos, dando início à colonização pelos europeus. Naquele ano o fazendeiro Francisco de Paula e Silva instalou-se na região. Em 9 de abril de 1832 recebeu uma carta de sesmaria referente ao local então denominado Ribeirão de Timóteo. Sua fazenda ficava na região na qual hoje está o bairro Alegre, onde o referido ribeirão deságua no Rio Piracicaba. Silva dedicava-se às roças e criação de gado. Com o decorrer do tempo a Fazenda do Alegre passou a servir de apoio às embarcações que se dirigiam à Vila Rica (atualmente Ouro Preto) e cidades vizinhas. A partir deste núcleo original se formou a Vila de Timóteo, que pertenceu à freguesia de Sant'Ana de Alfíe (atualmente município de Dionísio) juntamente com São Domingos do Prata e Jaguarauçu.

Foto 1 – Mapa de acesso à cidade de Timóteo pela BR 381



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Timóteo>(2016)

No início do século XX as principais atividades econômicas na região eram a agricultura de subsistência e a pecuária. No ano de 1901, com a criação da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) o engenheiro Pedro Nolasco foi contratado para planejar uma estrada margeando o rio Doce que fosse desde o Porto de Vitória até à cidade de Diamantina. Sete anos mais tarde, um estudo comprovou o alto teor de ferro nas jazidas de minério de Itabira. O interesse internacional dos ingleses mudou o projeto original da ferrovia, que facilitou o escoamento da produção para o Porto de Vitória, pelo qual era levada à Europa.

Com a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas começaram a chegar os primeiros habitantes de Timóteo e da atual Região Metropolitana do Vale do Aço. Através dos trilhos da estrada de ferro fixaram-se na região, além dos operários, viajantes de várias partes de Minas Gerais e até de diferentes lugares do Brasil, que tentavam a sorte.

Foto 2 – Infográfico do trajeto do trem que liga Minas Gerais ao Espírito Santo



Fonte: <http://www.vale.com/brasil>(2016)

Na década de 1940, o distrito sofreu um surto de desenvolvimento impulsionado pela implanta-

ção da empresa Acesita (atual Aperam South América). Isto levou, em 1947, a uma tentativa frustrada de emancipação.

Como lado negativo desta industrialização, teve-se a destruição da vasta mata atlântica da região e a sua substituição intensiva por plantações de eucalipto para produção de carvão vegetal. Naquela época a usina se tornara uma empresa-mãe, responsável pelos empregos, moradia e saúde de todo o município. A Arcelor Mittal, juntamente com a Usiminas, localizada em Ipatinga e fundada em 1962, foi responsável pelo crescimento demográfico e pelo desenvolvimento da atual Região Metropolitana do Vale do Aço, que na época era apenas território de Coronel Fabriciano.

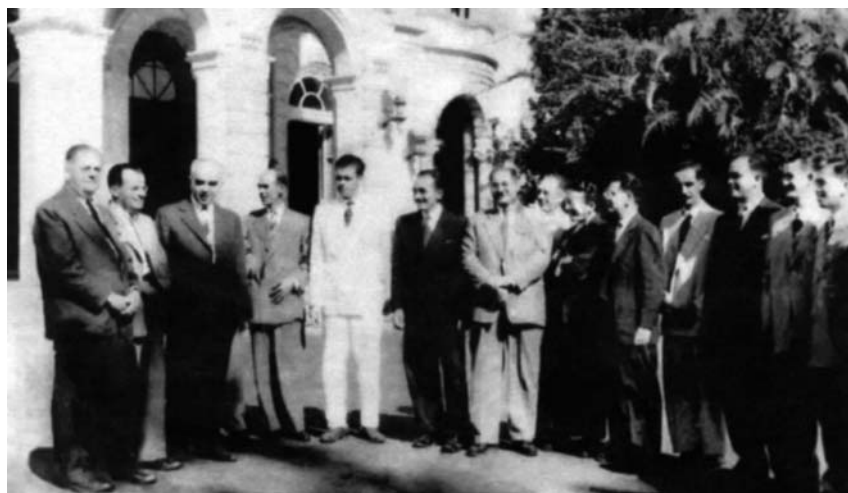
A emancipação do município de Timóteo ocorreu já na década de 60. Anteriormente, a cidade pertencia ao município de Coronel Fabriciano. O município com uma história de ocupação metalúrgica, teve seu povoamento alavancado por volta de 1964. Até 29 de abril de 1964 as metalúrgicas ficavam em território da cidade vizinha, Coronel Fabriciano, mas com as emancipações políticas de Timóteo e Ipatinga, o município deixou de sediá-las. Em 1944, iniciava-se a era do aço na região, com a implantação da Cia Aços Especiais Itabira Acesita no antigo município de Coronel Fabriciano. (BRAGA, João dos Santos - Vale em Revista - 1.974).

Foto 3 – Fundação da Cia. Aços Especiais Itabira (Acesita)



Fonte: <http://www.acesita.org/>(2016)

Foto 4 – Comissão de emancipação de Timóteo em visita ao Palácio da Liberdade



Fonte: <http://euamoipatinga.com.br/pracas>(2016)

Patrimônio Cultural: Política de Preservação do Patrimônio

Respaldados no sentimento nacionalista, em meados da década de 10 do século XX, alguns setores da sociedade começaram a se preocupar em preservar bens artísticos e arquitetônicos representativos da cultura brasileira. Na prática, essas manifestações visavam conter a destruição e evasão de obras de arte para o exterior, sobretudo as de estilo barroco, como consequência da expansão do mercado internacional de antiguidades. Por outro lado, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, presenciou-se a remodelação de algumas cidades como Salvador, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, que provocou o desaparecimento de antigas edificações coloniais. A discussão acerca da preservação da memória nacional chega ao Parlamento. Entre os anos de 1917 e 1925, foram apresentadas proposições legislativas, no âmbito da Câmara dos Deputados, com o objetivo de se criar órgãos de proteção ao Patrimônio Histórico Nacional. A proposta pioneira de defesa de bens culturais partiu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, através de seu sócio, Wanderley Pinho, em 1917, o que bem revela o papel que os Institutos Históricos tiveram em todo o país como guardiões pioneiros da memória nacional.

Essa proposta não previa a proteção legal do Estado. A tarefa de preservação ficava a cargo de uma comissão de 11 membros do próprio Instituto. Essa Comissão deveria apresentar relatório anual de seu trabalho e a organizar o programa de sua ação bem como, no prazo de um ano, elaborar um minucioso catálogo de tudo o que constitui o patrimônio histórico-artístico da Bahia. Essa proposta, infelizmente, não produziu os resultados almejados. Outra iniciativa partiu do Professor Alberto Childe, conservador de Antiguidades Clássicas do Museu Nacional, que, em 1920, a pedido de Bruno Lobo, então presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes, elaborou um anteprojeto de lei de proteção ao Patrimônio Histórico do País. Por sua formação em arqueologia, Childe deu ênfase à proteção dos bens arqueológicos em detrimento dos históricos, além de propor a desapropriação de todos eles. A exemplo da proposta anterior, o anteprojeto não logrou êxito. Em 1923, a questão da preservação do Patrimônio Histórico entrou novamente em pauta, porém, vinculada diretamente ao Poder Federal. Luís Cedro, representante de Pernambuco, apresentou à Câmara dos Deputados um projeto para a criação da "Inspeção dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil". Dois outros projetos foram encaminhados à Câmara dos Deputados em 1924 e 1925 por parlamentares mineiros, Augusto de Lima e Jair Lins, respectivamente, ambos sem sucesso. A partir de então, as iniciativas em prol da preservação do Patrimônio Histórico passaram da órbita federal para a esfera estadual. Na verdade, a possibilidade de aprovação desses projetos de lei no âmbito do Poder Legislativo Federal era mínima, uma vez que os mesmos conflitavam, no âmbito da constitucionalidade, com os princípios liberais presentes na Constituição de 1891, que garantiam ao cidadão o pleno direito de propriedade, não podendo haver interferência estatal neste domínio. Por possuírem notável acervo de bens culturais coloniais, Bahia e Pernambuco são os estados pioneiros na criação de órgãos regionais de proteção ao Patrimônio Histórico local. Em 1927, é criada na Bahia a "Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais", o mesmo ocorrendo em Pernambuco, no ano seguinte.

No entanto, as restrições impostas pela Constituição de 1891 e pelo Código Civil então vigente, que asseguravam o princípio do direito de propriedade, aliadas à ausência de dispositivos de sanção aos que cometiam atentado à integridade do patrimônio, fariam dessas Inspetorias órgãos de ação limitada na proteção de bens locais.

²A construção da nacionalidade adquire novos contornos, com a comemoração de efemérides nacionais e a edificação de monumentos cívicos. Prática esta já iniciada desde os anos 20, cujo ponto alto foram as festas alusivas ao Centenário da Independência do Brasil

Sua criação, porém, revelava o desenvolvimento de uma disposição preservacionista do Poder Público em dois dos estados em que os bens culturais sofriam mais diretamente os efeitos da evasão e da ação destruidora do tempo. Em agosto de 1930, um novo projeto de lei federal foi apresentado à Câmara por Wanderley Pinho, agora Deputado Federal pela Bahia. Entretanto, sua discussão e votação foram impedidas pelos acontecimentos políticos de outubro, que desaguarão na Revolução de 30 e na instalação do governo provisório de Getúlio Vargas. A partir dos anos 30, inicia-se um processo de centralização política que levará a formação de um Estado de viés nitidamente autoritário². As iniciativas oficiais do Governo Vargas começariam a dar destaque ainda a determinados "lugares de memória", em que ocorreram grandes feitos "heróicos" de nosso passado. Assim é que o Decreto nº 22.928, promulgado a 12 de julho de 1933, por Getúlio Vargas, eleva a cidade de Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional. A nosso ver, com essa medida legal, o governo não só reconhecia o valor simbólico do barroco mineiro na formação da cultura nacional mas, sobretudo, reforçava o imaginário republicano, uma vez que a antiga cidade de Vila Rica, hoje Ouro Preto, fora palco do primeiro movimento de libertação colonial que propunha a implantação de uma República. Além do que a imagem do seu principal líder, Tiradentes, já consagrado pelos republicanos era legitimado como mártir e herói nacional¹⁵. Em 1934, um novo decreto governamental- o de nº 24.375- iniciou a organização de um serviço de proteção aos monumentos históricos e às obras de arte tradicionais do País. A "Inspetoria de Monumentos Nacionais", chefiada pelo então Diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso, contava apenas com um arquiteto, Epaminondas Vieira de Macedo, e realizou poucas obras de conservação na cidade de Ouro Preto.

Teve curta trajetória, pois suas funções foram posteriormente assumidas pelo SPHAN. Pioneiramente, a nova Constituição republicana de 1934, vai trazer em seu bojo a proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, consagrado como princípio constitucional, em seu art. 148: "Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual." O interesse de segmentos da sociedade pela defesa do Patrimônio Histórico e Artístico, manifesto durante a década de 20, com o apoio da vanguarda modernista, só logrou sensibilizar o Poder Público quando esta medida passou a ser considerada um elemento importante no amplo quadro de manipulação dos recursos simbólicos necessários à legitimação de uma nova ordem política- o Estado Novo.

É na década de 30 do século passado, que se iniciam ações mais consistentes e menos pontuais no tocante à preservação de nossa memória histórica em nível nacional. Assim, a proteção ao patrimônio começaria a se efetivar a partir de uma iniciativa direta do Poder Executivo, na pessoa de Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde do Governo Vargas. Em 1936, Capanema delegou ao escritor e intelectual modernista, Mário de Andrade, a tarefa de elaborar um anteprojeto de lei visando à preservação de nosso patrimônio. É o próprio Capanema que assim se refere: "Logo me ocorreu o caminho. Telefonei a Mário de Andrade, então Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Expus-lhe o problema e lhe pedi que me organizasse o projeto. Mário de Andrade, com aquela sua alegria adorável, aquele seu fervor pelas grandes coisas, aquela sua disposição de servir, queria apenas duas semanas para o trabalho. Decorrido o prazo, e eis Mário de Andrade no Rio de Janeiro, trazendo projeto" Ao tomar essa iniciativa, o Ministro Gustavo Capanema afirmava a posição do Estado enquanto agente promotor da cultura e legitimava a competência da "intelligentsia" nacional, oriunda sobretudo do movimento modernista, junto ao Estado, para a criação de novos campos simbólicos para a construção da identidade da nação. O texto por Mário sugerido, bastante avançado

¹⁵IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

para a época, pois incorporava ao conceito de patrimônio artístico as manifestações populares e os bens culturais imateriais, sofreu injunções políticas no Ministério da Educação e somente parte dele é aproveitado posteriormente na edição do Decreto-Lei nº 25/37, já no contexto ditatorial do Estado Novo (1937-1945). O Decreto-Lei nº 25, assinado por Getúlio Vargas em 30 de novembro de 1937, viria organizar o trabalho do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que, integrando a estrutura burocrática do Ministério da Educação e Saúde, funcionava a título experimental desde janeiro daquele ano. Esse diploma legal criava, também, a figura jurídica do tombamento como instrumento tutelar de preservação aos bens culturais. Estava, portanto, institucionalizada a política federal de proteção ao Patrimônio Histórico nacional. Com o SPHAN, estava criado um novo campo de representações simbólicas na construção da identidade do estado-nação representado pelo "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional".

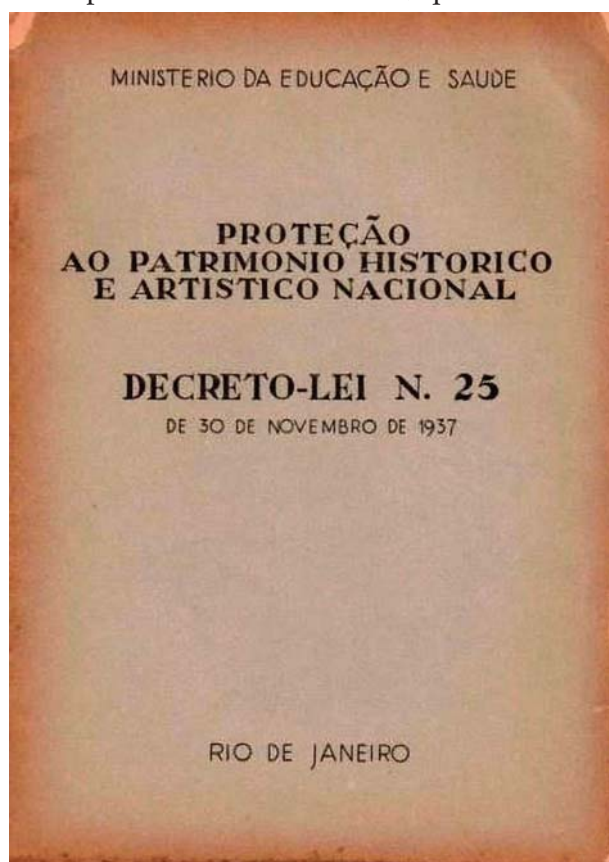
Percebe-se que tanto na esfera municipal quanto nas esferas estadual e federal, o Estado compreende-se como organismo dotado de estrutura burocrática que procura, através de normas constitucionais, regular os movimentos da sociedade na tentativa de buscar alguma coesão, ainda que revele antagonismos internos e produza, a partir de suas ações, conflitos externos. Contudo, atenta-se para que essa instância não seja compreendida como um compartimento separado daquilo que Jurgen Habermas (1997) chama de mundo da vida – das vivências em coletividade. Ao contrário, os sujeitos presentes na espinha dorsal do Estado se abastecem nos contextos comunicacionais da esfera pública e nas associações na esfera privada: “Isso tudo porque o sistema de ação político está embutido em contextos do mundo da vida” (HABERMAS, 1997: 84). Ou seja, demandas, interesses, limitações e aspirações reverberam em ações estatais, uma vez que os agentes formuladores destas interagem socialmente nos contextos privados e públicos.

Na perspectiva habermasiana, a dinamicidade das relações entre Estado e sociedade pode ser entendida pelo agir comunicativo dos sujeitos, os quais buscam a “porosidade” da esfera pública como forma de permitir a circulação de idéias e ideologias.

Investigar as políticas de preservação pensadas e orientadas pelo Estado de Minas Gerais demanda considerar a história da presença pública na produção/construção do patrimônio cultural. Sabe-se, conforme o próprio IEPHA/MG³, que a região foi responsável pela primeira Inspeção Estadual de Monumentos em 1926, seguida da Inspeção Estadual da Bahia (1927) e da Inspeção Estadual de Pernambuco (1928). Pioneira no país, tal instituição revelou-se contemporânea a outras importantes iniciativas em âmbito federal. Márcio Rangel (2010) destaca, entre elas, a proposta do deputado Luis Cedro Carneiro Leão, em 1923, de criação de uma Inspeção dedicada aos monumentos no Brasil. Rangel destaca o posicionamento do jurista Jair Lins em 1925 a respeito deste mesmo tema, e remete ao projeto de lei apresentado no ano de 1930 ao Congresso Nacional, pelo deputado José Wanderley de Araújo Pinho, que previa formas de proteção de determinados bens culturais nacionais. Entre as iniciativas enumeradas por Rangel, cabe ressaltar a menção à ação do presidente de Minas Gerais, Fernando de Mello Vianna, em 1925, de organizar “[...] uma comissão que elaborasse um projeto para impedir a dilapidação do patrimônio das velhas cidades mineiras” (RANGEL, 2010: 121). Apesar do autor não relacionar essa referida iniciativa à criação da Inspeção Estadual de Minas Gerais, é possível perceber um movimento regional de preocupação com a preservação dos bens culturais, o que parece ter culminado com a primeira agência estatal dedicada ao tema, antecipando a criação da Inspeção de Monumentos Nacionais em 1934. Nesse sentido, as histórias das iniciativas políticas de preservação

do patrimônio mineiro parecem se articular à importância atribuída ao tema pelo Estado na esfera federal. A bibliografia conhecida registra iniciativas do SPHAN em proteger núcleos históricos de municípios mineiros e os seus bens móveis e imóveis isoladamente ou em conjunto. Nessa perspectiva, é possível pensar a criação do IEPHA/MG – na década de 1970 – como uma agência designada a desempenhar ações regionais de preservação à imagem e semelhança do IPHAN – substituto do SPHAN e DPHAN – resultando de um processo de descentralização das responsabilidades políticas anteriormente concentradas na figura daquela agência nacional.

Foto 5 – Capa do Decreto-Lei nº 25, que funda o SPHAN



Fonte: [http://www.vitruvius.com.br/revistas\(2012\)](http://www.vitruvius.com.br/revistas(2012))

O contexto de criação do IEPHA/MG em Minas Gerais remete à década de 1970 e à atribuição de importância às especificidades regionais em âmbito econômico, político e social, contemplando, ainda, questões referentes ao patrimônio. Nessa conjuntura, revelavam-se projetos e debates sobre a descentralização das ações do Estado na esfera federal e o compartilhamento das responsabilidades políticas entre os entes federativos. Compreendia-se, então, que as políticas centralizadoras – então encabeçadas pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) – já não respondiam às demandas regionais por políticas de preservação. A criação do IEPHA/MG acabou confirmando a tendência descentralizadora em relação às ações de preservação. Observa-se, a partir de então, uma progressiva preocupação em contextualizar os bens culturais conforme as realidades regionais em que estariam inseridos, tornando-os objetos de políticas públicas localizadas articuladas às preocupações com a gestão urbana. O IEPHA/MG recebeu a função de proteger, gerenciar, fiscalizar, pesquisar e conservar o patrimônio mineiro. As políticas preservacionistas pareciam se alinhar a dire-

trizes urbanísticas, articuladas a discursos sobre a proteção às singularidades das cidades, às vivências construídas naquele espaço. Sobre a atuação do IEPHA/MG, nesse contexto de descentralização das responsabilidades preservacionistas, percebe-se no discurso institucional, formulado no contexto de “desoneração” do IEPHA/MG, o entendimento de que o governo local seria a unidade político-administrativa que ofereceria melhores condições para a gestão da vida pública, contando com a participação da sociedade e da iniciativa privada na configuração de políticas de preservação. Nesse contexto dos anos de 1990, relatórios de gestão apontam que questões de ordem financeira afetaram as atividades e o quadro técnico do IEPHA/MG, repercutindo no campo da preservação do patrimônio na região estadual. Nesse sentido, observam-se menções sobre a diminuição dos recursos públicos empregados no Instituto e sobre a defasagem salarial existente nos quadros do IEPHA/MG, os quais parecem ter atingido as atividades da agência:

[...] É indispensável a manutenção desta isonomia e o patamar atual dos salários, no mínimo, de forma que não ocorra êxodo de técnicos como no período de 86 a 88, trazendo graves problemas funcionais, na medida em que tratando-se de funcionários especializados, a sua formação se dá a médio e longo prazo (IEPHA/MG, s/p, 1991b). [...] Devido a fatores de ordem política e econômica, nos últimos oito anos o IEPHA/MG teve sua atuação reduzida. No entanto, as dificuldades econômicas, falta de recursos para o desenvolvimento de projetos de restauração e fiscalização e a diminuição dos quadros devido aos baixos salários, não impediram o órgão de cumprir seu papel de zelador do patrimônio cultural mineiro. Nestes anos de crise e sobrevivência muito se fez. Em condições favoráveis, muito mais poderia ter sido feito (IEPHA/MG, 1994: s/n).

Pode-se supor que a escassez de verbas tenha restringido a atuação do Instituto, levando o mesmo a assumir uma postura cada vez mais normativa e de assessoria. Tal tendência, de acordo com Jurema Machado (1997), esteve diretamente articulada à redução da atuação direta do IEPHA/MG em obras e projetos, apontando para o incentivo do Instituto à atuação das prefeituras e de empresas especializadas no trato com o patrimônio. É nessa conjuntura na qual o IEPHA/MG se retraiu no âmbito financeiro e técnico que se deu a promulgação da lei nº 12.040 por iniciativa do Poder Executivo estadual – à época chefiado por Eduardo Azeredo – voltada ao incentivo às políticas de preservação municipais. Promulgada em 28 de dezembro de 1995, esta lei, conhecida como Lei Robin Hood, entre outras questões, incentivava a execução de políticas locais de preservação do patrimônio cultural de Minas Gerais através da contrapartida de recursos tributários. Por determinação da Lei Robin Hood, as políticas municipais de preservação do patrimônio passaram a ser registradas em documentos conforme as exigências/orientações do IEPHA/MG, as quais se deram através de resoluções e deliberações normativas publicadas periodicamente pelo Instituto. Trataram-se de normativas que apresentavam diretrizes para a atuação municipal e apontavam concepções e projeções compartilhadas pela agência de patrimônio. A Lei Robin Hood vigora ainda nos dias de hoje, completando 18 anos de políticas públicas locais coordenadas pelo IEPHA/MG através de suas normas de atuação. Ao longo de sua existência, o IEPHA/MG se tornou a agência responsável por pensar e estabelecer as dinâmicas de interação entre comunidades e seus bens culturais. Nos últimos anos, o Instituto assumiu o papel fundamental de orientar os municípios em suas ações preservacionistas, possibilitando a identificação de um grande acervo cultural e a institucionalização do setor cultural na esfera municipal – setor esse criado em cen-

tenas de municípios para tratar das questões referentes ao patrimônio cultural. Nesse sentido, as normatizações do IEPHA/MG parecem traduzir expectativas institucionais sobre as atividades consideradas adequadas – ou ideais – à preservação do patrimônio. Suas normativas acabaram por conduzir as ações da sociedade civil, do Estado e de técnicos responsáveis pelos processos de patrimonialização, o que permite pensar sobre sua influência na dinâmica de julgamento e documentação dos bens culturais a serem preservados. Sendo assim, é possível considerar que as valorações atribuídas/estimuladas pelo IEPHA/MG teriam a capacidade de influenciar, formar ou transformar as relações das comunidades com seus bens culturais.

Considerando que as “falas” do Instituto podem construir sentidos e formar/transformar as relações entre as comunidades locais e seus bens através dos seus instrumentos e dinâmicas normativas, o IEPHA/MG aparece como locus de ação e transformação. A agência estadual não se apresenta como uma estrutura descolada das vivências em sociedade – pois dialoga com idéias, conceitos, interesses e demandas compartilhados socialmente – mas, por sua atuação normativa, se revela capaz de orientar dinâmicas que refletem nas experiências coletivas sobre os bens culturais, sobre a memória e sobre o legado à posteridade. Nessa perspectiva, o IEPHA/MG, revelando-se como lugar enunciativo sobre o patrimônio, mostra-se capaz de influenciar decisões e julgamentos sobre o que pode ser preservado por parte das instâncias locais e da instância estadual. Esse movimento aproxima-se do que Nilson Moraes (2009), numa análise sobre as políticas para museus no Brasil, chama de processos de produção de hegemonia discursiva e produção de hegemonia pelo discurso, diretamente articulados a conjunturas políticas, alianças tecno- burocráticas e estratégias de ação e sustentação (p.55). Sendo assim, interessa pensar que as práticas pensadas e normatizadas pelo IEPHA/MG dizem respeito à capacidade do Instituto em orientar a relação das comunidades com seus bens culturais, o que pode vir a influenciar leituras e interpretações sobre o mundo.

A Construção do Auto Forno e o Surgimento do Espaço Urbano em Timóteo

Na bacia do rio Piracicaba, Timóteo se destaca por ter nascido a partir de um projeto urbano, portanto como cidade nova, ou seja, diferentemente da maior parte das cidades da região, cujo crescimento se deu a partir de um núcleo urbano cuja malha se expandiu conforme tinha sua população aumentada; a estrutura física de Timóteo foi concebida como um todo, com sua implantação precedendo sua ocupação. Nesse sentido, juntamente com João Monlevade e Ipatinga, Timóteo é um tipo de construção urbana no qual a cidade não se forma, mas se implanta. Porém, diferente de Ipatinga, Timóteo não foi uma cidade de estrutura arquitetônica e paisagística planejada. A construção de seus bairros se deu a partir da construção de um forno para fabricação de tijolos, que seriam utilizados para a construção das casas dos funcionários da empresa Acesita.

Nas cidades construídas pela empresa Acesita, os morros são preservados e os vales ocupados. O zoneamento dos espaços, da casa à cidade, se acentua, separando “técnicos” de “funcionários” e trabalho de lazer. Em Timóteo essas diferenças são mais destacadas. As áreas residenciais caracterizam-se pela horizontalidade das casas térreas. O zoneamento, como símbolo de racionalidade e modernidade, também está presente, de modo que os nomes dos bairros foram concebidos indicando o status de seus moradores dentro da usina, diferenciando técnicos, funcionários e operários.

O Forno Hoffmann construído em 1945 (anterior a emancipação da cidade) para fabricar os tijolos utilizados em algumas unidades industriais da Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita - atual Ape-

ram). O emblemático Forno, localizado no bairro Novo Horizonte, tem relevante papel histórico não só para o município, mas para todo o Vale do Aço. Foi construído, em 1945, para fabricar os tijolos utilizados em algumas unidades industriais da Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita - atual Aperam), bem como das residências e demais equipamentos urbanos no município. A construção teve participação de operários da própria empresa. As primeiras residências, nos bairros Olaria, Vila dos Técnicos e Bromélias foram erguidas com tijolos produzidos no Forno Hoffmann.

Figura 6 – Forno Hoffman em 1945



Fonte: [www.http://euamoipatinga.com.br](http://euamoipatinga.com.br)(2012)

Foto 7 – Vila dos Técnicos, um dos primeiros bairros de Timóteo



Fonte: <http://www.diariodoaco.com.br/>(2012)

Nos anos 90, uma boate ocupou o local, trazendo diversos expoentes da música na época. Os amplos salões da edificação histórica agora vão abrigar um auditório, salas de reuniões, entre outras estruturas dedicadas permanentemente a atividades culturais.

Figura 7 – Forno Hoffman com as intervenções para alocar boate



Fonte: www.flickrriver.com(2012)

Figura 8 – Interior do forno descaracterizado



Fonte: www.flickrriver.com(2012)

Em 2011, o forno sofreu uma queda na estrutura do telhado. O desabamento foi provocado pela infestação de cupins na madeira da estrutura, mas, moradores afirmar que dois incêndios criminosos provocados meses antes também contribuíram para o desabamento.

Figura 9 – Ruínas do forno após a saída da boate



Fonte: www.verdadestimoteoblog.files.wordpress.com(2015)

Figura 10 – Ruínas do forno após a saída da boate



Fonte: www.diariodoaco.com.br(2015)

O Valor do Patrimônio e sua Significação: Análise Crítica

O interesse humano por sua história tem origem nas sociedades ocidentais e percorre vários caminhos desde então. Presente e passado são constantemente questionados e a discussão, tão em alta, leva o homem a questionar a identidade construída através da herança de outras gerações, bem como a identidade moldada pelo meio. Refletir sobre memória relaciona-se a possibilidade de que a partir de uma nova circunstância ou um novo encontro, o passado possa ser tanto lembrado quanto refeito. Assim, a história do homem, individual ou coletiva, pode ter várias versões considerando a percepção de cada indivíduo que a conta. O resgate da memória faz parte desse processo e dá margem a construção de novas histórias, recriando-a. A ambiguidade dos relatos, que poderia ser considerado como adversário no resgate, passa a assumir o papel de agente transformador da memória coletiva ou individual.

Sob a ótica de que os lugares de memória são resultados de uma junção de organismos históricos e de que espaços que contribuíram para criação dessa memória são objetos que despertam curiosidade, devido a “bagagem” construída através dos anos, colocamos em evidência a ressignificação desses lugares e as interferências causadas por essa reestruturação. Paralelamente, aos conceitos de ressignificação, busca-se confrontar os motivos pelos quais lugares de grande valor para uma comunidade são esquecidos. A identidade nessa compreensão dos lugares de memória surge para promover entendimento entre as relações com o espaço interno e exterior, entre o pessoal e público. Quando nos catapultamos para esses conceitos de identidade cultural, absorvermos seus significados e contribuimos para uniformização de nossos conceitos e afirmamos nossa posição no mundo social e cultural.

Na visão de Pierre Nora, esses lugares de memória aparecem a partir do instante em que a memória se torna a decorrência de uma organização voluntária, intencional e seletiva. “Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas” (NORA, 1993, p. 14). Os lugares de memória afloram os sentimentos de que não há memória espontânea. Por isso a necessidade humana de recolher depoimentos,

objetos e documentos sobre o passado, que serão as provas tangíveis do que aconteceu em determinada época.

Arquivos são exemplos dessa necessidade de guardar para não esquecer. Os mesmos são fontes de referências importantes para os investigadores e o público em geral. O patrimônio arquivístico compõe a herança do homem ao longo de sua história. Documentos do mais simples aos mais complexos contam a história e desenha o percurso histórico da humanidade. A salvaguarda da memória sacraliza quando deixa de ser coletiva, para se tornar única. Esses “lugares de memória” seriam monumentos, instituições, rituais etc., criados com o intuito de preservar uma memória oficial, diferente do que acontecia em sociedades nas quais a memória era algo vivido no cotidiano e a sua preservação, realizada pelos próprios grupos sociais (NORA, 1993). A cidade pesquisada sobre com a carência de registros bibliográficos. Esse é dos pontos críticos da cidade, além de uma política de preservação do seu patrimônio inexistente. Tal carência abarca consequências graves identificadas pelos relatos coletados.

Stuart Hall, em *A identidade cultural nos pós modernidade*, afirma que as sociedades modernas são, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. As sociedades da modernidade tardia, argumenta ele, são caracterizadas pela “diferença”; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” – isto é, identidade – para os indivíduos (HALL, 2014).

Forno Hoffman e os Movimentos de Resistência em Timóteo: um Panorama Histórico de Luta, Resistência e Abandono a partir de Relatos.

Aproximando-se do entendimento de cultura de James WILLIAMS (1992: 13), segundo o qual a cultura é encarada como “...um sistema de significações mediante o qual necessariamente (...) uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada.” Assim, o desenvolvimento de atividades urbanas implica não exatamente na detecção desta ou daquela manifestação, mas na comunicação de um sistema de valores coletivos transmitidos através de imagens, discursos e manifestações públicas e capazes de identificar a sociedade local.

A cidade de Timóteo envolta na expansão da siderúrgica da Acesita, faz de seu carnaval de rua, antes da sua emancipação, seu instrumento de manifesto contra o descaso dos governantes. A falta de saneamento, luz, água potável, prédio escolar eram temas colocados em destaques pelos blocos caricatos, formados para este fim. Não havia apoio nem de entidades públicas, tampouco privadas para viabilizar a festa popular. Fator que ascendia os ânimos dos moradores.

Anos mais tarde, quando a festa tomou rumos maiores, tanto a prefeitura quanto a siderúrgica quiseram tomar a frente da festa, possuindo assim maior controle sob às manifestações. Com a festa custodiada pelo domínio do governo municipal, em alguns anos a mesma não aconteceu, gerando indignação popular. Após anos de castração, grupos de bairros fundaram escolas de samba, inspiradas nos carnavais cariocas. Nesse momento, a festa deixa suas raízes de resistência à margem para dar lugar a brincadeira e diversão dos cidadãos. Porém, a voz dos protestos ainda ecoava junto ao único bloco caricato que manteve a sua essência. O bloco “Tem nada a ver”, característico pelas músicas fúnebres e os componentes vestidos de preto, mesmo nos anos em que não aconteceu o carnaval em Timóteo, desfilou com cartazes e faixas de protestos pelas alamedas da cidade. O grupo ainda resiste e tornou-se o microfone da população timotense menos favorecida.

Foto 11 – Bloco Carnavalesco na década de 40



Fonte: <http://www.acesita.org/>(2015)

Foto 12 – Integrantes da Escola de Samba “Os Bocas Brancas”



Fonte: Arquivo Pessoal – Simone Isabel Batista da Cruz (1993)

Foto 13 - Integrantes da Escola de Samba “Os Bocas Brancas”



Fonte: Arquivo Pessoal – Simone Isabel Batista da Cruz (1994)

Foto 14 – Desfile da Escola de Samba “Os Bocas Brancas”



Fonte: <http://www.diariodoaco.com.br/>(2010)

Foto 15 – Bloco Caricato “Tem nada a ver”



Fonte: <http://www.diariodoaco.com.br/>(2012)

Foto 16 – Bloco Caricato “Tem nada a ver”



Fonte: <http://www.diariodoaco.com.br/>(2012)

Os movimentos populares estão presentes na história da “cidade sem memória”. Timóteo sofre a anos com o descaso público, visto que seus monumentos estão em ruínas e esquecidos pela maioria da população. O Forno Hoffman, símbolo de uma nova era da cidade está em avançado estado de abandono. Em várias gestões projetos, propostos por grupos ligados a cultura da cidade, foram levados aos governantes. Os relatos coletados giravam em torno de que só existem promessas e nenhuma ação. Parcerias com centros universitários locais foram colocados em discussão, sem grandes avanços até o momento. O descaso incitou grupos culturais a tomarem espaços públicos abandonados. Na análise dos relatos coletados temos a real dimensão do que a destruição física e da memória da população provocou quando o assunto é o simbólico Forno Hoffman.

Questões indenitárias foram levantadas durante a análise realizada. A história do monumento em muitos depoimentos não harmonizava com as histórias contadas. Podemos perceber a falta de empatia com o local em dois momentos: quando o terreno e a construção foi arrendada para ocupação de uma casa de shows e durante o seu período de reocupação. Vale lembrar que a edificação ainda sobre com vários danos. A reocupação do local deu-se em parte da construção, em consequências dos seus riscos estruturais. Moradores do entorno do Forno Hoffman sofreram com a ocupação do local para entretenimento noturno. A repulsa pelo local foi visível. Existia um incomodo, como que se parte da história tivesse sido enxovalhada. Ora, a construção do forno estava intimamente ligada com a construção da cidade e toda sua trajetória de ocupação, pois os tijolos fabricados para erguer as casas eram provenientes daquele local. A construção sempre esteve nas lembranças como o marco zero da cidade. Transformá-lo em uma boate noturna, feria o “sagrado”. Os abaixo-assinados foram umas das manifestações contra o empreendimento, sem êxito. Desativada em 2005, a boate deixou um rastro de intervenções mal sucedidas, engrossando a indignação dos moradores. A situação de abandono é questão unânime entre os avaliados. O local, segundo contam, tornou-se “terra de ninguém”. As visitas são feitas sem nenhum monitoramento e vigilância. O abandono do local e a invasão por vândalos, desvalorizou os imóveis da região, outro ponto abordado, que seria, conforme análise, um dos principais fatores para a sugestão de demolição do local. Refletimos sobre como os assuntos de cunho individual se sobrepõem ao bem coletivo.

O distanciamento de ligação afetiva com o local pesquisado, afasta o sentimento de pertencimento sobre o local, que não foi cultivado nessas abordagens iniciais. Apesar de não se reconhecerem naquele local, os moradores avessos a relações com o mesmo, de alguma forma incluíram a construção na sua história, mesmo que de forma negativa. O local teve em algum momento reconhecimento, deteriorado durante os anos e não reavivado nas atuais conjunturas. Quando falamos de identidade nesse caso, a reflexão sobre as raízes da população não é de uma forma expressiva. Podemos então dizer que não é identidade, já que o conceito da mesma está intimamente ligado às características que distinguem pessoas e grupos um dos outros? Baseado nos escritos de Hall não, pois a sociedade sobre mudanças constantes e deita-se na cama das diferenças.

Diante desse contexto de globalização e identidades culturais emerge o conceito de dois movimentos contraditórios: tradição e tradução. Tradução “descreve as formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal” (HALL, 1998, p. 88). São pessoas possuidoras de vínculos profundos com seu passado, mas que a ele não podem retornar. Sua cultura é obrigada a dialogar com a outras, sem, contudo, que isto implique em perda de identidade. Essa definição aparece na abordagem realizada com uma não moradora da cidade, mas que cultivava profundo vínculo com o Hoffman. Enquanto moradora por vinte e três anos da cidade, a mesma relatou que via a construção em três momentos. O primeiro da infância, quando o local era admirado pela sua imponência e magia que o cercava. As sensações eram mistas entre fascínio e curiosidade pelo local. A segunda fase relatada foi a da adolescência, quando o forno se transformou em boate. Já não via a edificação com o deslumbramento de outrora. O local tinha ganhado outra significação compatível a idade da mesma. Anos após a saída da cidade, a mesma resgatou

em sua memória locais que fizeram parte da sua história. A edificação apresentada e outras relatadas passaram a ter outra definição. A relação com o espaço tomou outra forma. O distanciamento reavivou as memórias e as colocou em destaque em uma parte da história adormecida.

A briga animalesca pelo poder em Timóteo contribuiu enormemente para degradação de sua cultura. Muito mais que brigas políticas, grupos com interesses longe dos que deveriam ser voltados para o bem-estar social, a anos se acotovelam e transformam o governo municipal da cidade em uma verdadeira dança das cadeiras. Da situação a oposição, todos estiveram de poder de algum projeto voltado para recuperação do Forno Hoffman em suas respectivas gestões. O que se viu com a pesquisa foi o abafamento das vozes comunitárias quando o coro das reivindicações estava sendo engrossado.

No fim do ano de 2015, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, promoveu o 1º Seminário Regional de Patrimônio Histórico e Cultural do Vale do Aço. O objetivo do evento foi criar um espaço para discussão do patrimônio cultural da região do Vale do Aço, com apresentação de metodologia, trabalhos acadêmicos e estudos de casos relacionado a preservação e valorização das referências culturais. (Banco de notícias – IEPHA, 2015). A comissão do instituto realizou visita ao Forno Hoffman, com a finalidade de averiguar seu estado de conservação. A mesma foi acompanhada por membros da prefeitura e professores do Centro Universitário do Leste de Minas – UNILESTE.

Um encontro de dimensões tão importantes, mais uma vez é deixado de lado em favor de interesses políticos “de maior urgência”. Com a proximidade das eleições, o atual gestor da cidade voltou às atenções para seus feitos. A revitalização de avenidas e praças são as pautas das reuniões realizadas. Não tivemos notícias de um Conselho de Patrimônio atuante na cidade. O programa ICMS Cultural não é realizado na cidade, ou seja, a cultural neste município mineiro foi sucateada. Por esse panorama entendemos a ausência de engajamento maciço da comunidade para recuperação e preservação de edificações que contam sua história.

Foto 17 – IEPHA promove 1º Seminário Regional de Patrimônio Histórico e Cultural do Vale do Aço.



Fonte: [http://www.iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias\(2015\)](http://www.iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias(2015))

Foto 18 – IEPHA promove 1º Seminário Regional de Patrimônio Histórico e Cultural do Vale do Aço.



Fonte: [http://www.plox.com.br/acontece/\(2015\)](http://www.plox.com.br/acontece/(2015))

Foto 19 – Membros do IEPHA da Prefeitura de Timóteo realizam visita ao Forno Hoffman



Fonte: [http://www.plox.com.br/acontece/\(2015\)](http://www.plox.com.br/acontece/(2015))

Os fatores que adormecem memórias, distanciando o sujeito de locais que contam sua história, torna o homem suscetível a assimilação de outras culturas. De maneira alguma esse consumo de outras culturas é ruim. Pelo contrário, analisando o relato da jovem, podemos perceber que o distanciamento e a ingestão de outras identidades, de certa forma, a fez questionar sobre a sua identificação com fatos e lugares da sua terra natal. O resgate desse sentimento de pertencimento e a ressignificação do lugar, não se restringiu apenas aos moradores que saíram da cidade. Embora, o município sofra com a falta de políticas de preservação do seu patrimônio cultural, grupos se organizam e ocupam a parte ainda segura do espaço danificado. Para esses o local traz à tona lembranças juvenis, como as relatadas pela ex-

moradora indagada. Contudo, diferente do primeiro grupo abordado, os organizadores de um movimento cultural local, consegue perceber o Forno Hoffman como lugar de memória e espaço para novas apropriações. O projeto audiovisual de poesias do grupo, ocupou de forma criativa o local, transformando-o em um palco para os atores da iniciativa. O grupo sofreu com os olhares de reprovação daqueles que são a favor da extinção do local.

O caso do grupo de poesia em Timóteo muito se assemelha ao movimento “Mascarenhas, meu amor”, ocorrido na também cidade mineira de Juiz de Fora nos anos 80. A Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas encerrou suas atividades em 1984, após o apogeu industrial e a estagnação econômica que acometeu a região nesse ano. Em 1983, com o intuito de transformar as instalações abandonadas em um centro cultural, o movimento liderado por artistas, jornalistas e intelectuais mobilizou Juiz de Fora e o Brasil em prol da restauração do prédio e da concessão do espaço para atividades artísticas. Após duras lutas travadas entre poder público e sociedade civil, em maio de 1987 o Centro Cultural Bernardo Mascarenhas foi inaugurado.

Foto 20 – Campanha “Mascarenhas, meu amor”



Fonte: [http://www.acessa.com/anos80\(2015\)](http://www.acessa.com/anos80(2015))

Figura 20 – Ocupação de uma pequena parte do forno pelo grupo cultural “A Rua Declama”



Fonte: [www.facebook.com/ARUADeclama/photos\(2016\)](http://www.facebook.com/ARUADeclama/photos(2016))

Figura 21 – Ocupação de uma pequena parte do forno pelo grupo cultural “A Rua Declama”



Fonte: [www.facebook.com/ARUADeclama/photos\(2016\)](http://www.facebook.com/ARUADeclama/photos(2016))

Figura 22 – Ocupação de uma pequena parte do forno pelo grupo cultural “A Rua Declama”



Fonte: [www.facebook.com/ARUADeclama/photos\(2016\)](http://www.facebook.com/ARUADeclama/photos(2016))

A formação dos movimentos de resistência está na necessidade de interpelar uma força maior. Se originam nos mais diversos segmentos e suas características são estabelecidas a partir da adoção de métodos e estratégias para alcançarem seus objetivos. A histórica humana é formada por movimentos contrários a abusos e afrontas de qualquer natureza. Onde há sistema hierárquico injusto e repressões, inevitavelmente um grupo de resistência é formado. “Quem não resiste, rasteja”.

Considerações Finais

A falta de uma política de preservação, sem dúvida embargou inúmeras tentativas de restauração do Forno Hoffman. Identificamos a omissão do poder público, atual detentor dos direitos sobre a edificação. Planos de transformação do local em museu e centro cultural foram engavetadas, dando lugar a “problemas mais importantes”. Como em várias cidades, o abandono da cultura é nítido. Grupos organizados ainda tentam, como pequenas conquistas, não deixar morrer a memória da cidade.

Responsável pela expansão urbana no Vale do Aço, o Forno Hoffman imprime nos moradores da

cidade de Timóteo sensações diversas. Passando por vários danos causados por chuvas e, principalmente pelo abandono e descaso do local, a construção emblemática para os cidadãos, perdeu muitas de suas características. Intervenções para alocação de uma boate entre os anos de 1999 e 2000, descaracterizaram de forma considerável a edificação. A idéia de lugar de memória para os cidadãos divide-se, por motivos de valor simbólico para uns, enquanto para outros a restauração e reocupação do mesmo trariam, segundo eles, danos a tranqüilidade e segurança, como ocorreu em outras épocas.

Referências Bibliográficas

BRAGA, João dos Santos - Vale em Revista - 1.974

CAPANEMA, Gustavo. "Rodrigo, espelho de critério" In: A Lição de Rodrigo. Recife: Amigos do DPHAN, 1969.

HALL, Stuart. A identidade cultural nos pós modernidade. DP&A Editora - 10ª edição, 2004

NORA, Pierre. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares". In: Projeto História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da PUC- SP. São Paulo, nº 10, dez. 1993.

MACHADO, Jurema de Souza. "Preservação: a ética das intervenções." In: Anais do Seminário "Preservação: a ética das intervenções". Realização IEPHA/MG, apoio Fapemig. Belo Horizonte: IEPHA, 1997.

MORAES, Nilson Alves de. "Políticas Públicas, políticas culturais e museu no Brasil." Revista Museologia e Patrimônio, v. 2, p. 54-69, 2009.

HABERMAS, Jürgen. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1989.

RANGEL, Márcio F. "Políticas públicas e museus no Brasil." In: Marcus Granato, Cláudia Penha dos Santos e Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro. (Org.). MAST Colloquia - O Caráter Político dos Museus. Rio de Janeiro: MCT, MAST, v. 12, p. 119-135, 2010.

Biblioteca IBGE, disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/timoteo.pdf>. Acesso em 01/06/2016.

Portal da Prefeitura Municipal de Timóteo, disponível em <http://www.timoteo.mg.gov.br/1/historia-de-timoteo> Acesso em 10/06/2016.

Portal cultural digital, disponível em <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>. Acesso em 20/06/2016.

Portal cultural digital, disponível em <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Luciana-Christina-Cruz-e-Souza-et-alii.pdf> Acesso em 20/06/2016

Portal do IEPHA, disponível em <http://www.timoteo.mg.gov.br/noticias/3059/presidente-do-iepha-abre-seminario-de-patrimonio-historico-e-cultural> Acesso em 24/06/2016